



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, n° 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo – RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal.23

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal.23

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA/RS**

TOMADA DE PREÇOS N° 03/2019 – Contratação de empresa para prestar serviço de limpeza pública – varrição das ruas e passeios da praça central.

OBJETO: IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

CAROLDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.817.887/0001-17, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 190, Bairro Centro, na cidade de Triunfo/RS, CEP. 95840-000, por seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do edital acima citado, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**, conforme as razões que seguem:

I - DA TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura agendada para o dia 21 de maio de 2019, às 9h.

Para apresentação de impugnações por licitantes a Lei 8.666/93 estabelece o prazo de 2 (dois) dias úteis que anteceder a abertura dos envelopes, conforme dispõe o §2º, do art. 41:

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de

Gabriel Souza
CNPJ 08817887/0001-17
Caroldo Prestação de
Serviços



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, n° 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo – RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal.23

recurso.

Levando-se em conta o prazo estabelecido e considerando-se que a data fixada para recebimento das propostas é dia 21 de maio do corrente ano. Logo o prazo para interposição de Impugnação encerra-se em 17 de maio de 2019.

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

II – DOS FATOS

A empresa, ora Impugnante, obteve o Edital de licitação, analisando-se todas as suas condições de entrega, pagamento, especificações e após as verificações, a empresa detectou graves vícios no referido edital, os quais põem em risco a sua participação no certame, tanto quanto de quaisquer outros prováveis interessados.

1) DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O objeto do edital estipula adicional de insalubridade para as funções de varredor, calculados sobre o SALÁRIO MÍNIMO.

Ocorre que, de acordo com a Convenção Coletiva 2019 – SINDASSEIO, com abrangência no Município de Candelária, o adicional de insalubridade é calculado sobre o salário normativo.

A Cláusula Quinquagésima Quinta é taxativa ao dispor *QUE OS ADICIONAIS PREVISTOS NESTA CLÁUSULA SERÃO CALCULADOS COM BASE NO SALÁRIO NORMATIVO DA RESPECTIVA FUNÇÃO.*

Mesmo que a carga horária estabelecida no edital seja de 200 horas, o cálculo do adicional deve obrigatoriamente observar os salários normativos das categorias.

Equivocadamente, o município estabelece base diversa da Convencionada, vez que as licitantes, estão obrigadas ao cumprimento de acordo coletivo, do qual foi signatária, bem como de disposições presentes em convenção ou dissídio coletivo de trabalho, em observância ao art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal de 1988, e ao art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, que conferem caráter normativo a tais instrumentos, tornando obrigatória, assim, a sua observância nas relações de trabalho.

Ao determinar base de cálculo diversa, o Município ensejará disputa desigual, uma vez que, certamente, empresas apresentarão suas propostas de acordo com o estabelecido no edital.

Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
CNPJ 08.817.887/0001-17
Caroldo Prestação de Serviços



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, n° 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo – RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal. 23

a planilha de custo do município e outras, de acordo com a normativa trabalhista o que trará confusão e desordem ao certame.

Quanto ao tema, o Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado, advertindo que é obrigação da Administração Pública, quando da elaboração de seus orçamentos estimativos, observar as Convenções Coletivas de Trabalho.

Veja-se pelo trecho extraído do ACÓRDÃO 719/2018 - PLENÁRIO:

(...)

I.1. Determinação legal para o Poder Público

22. No tocante à Administração Pública, quando da atividade de elaboração dos orçamentos de referência para licitações, assim como a legislação sobre direito do trabalho, a interpretação das normas específicas também permite concluir pela obrigatoriedade de observância dos ACTs e CCTs nessas contratações. Vejamos.

23. A Lei 8.666/1993, em seu art. 7º, § 2º, inciso II, determina que as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários. Igualmente, a Lei 12.462/2011 apresenta disciplina similar nos art. 2º, parágrafo único, inciso VI, c/c o art. 8º, § 5º.

24. Já nesse ponto já é possível inferir a necessidade de consideração dos pactos coletivos, haja vista que as obras e serviços precisam ser orçados adequadamente em etapa prévia à licitação. Destarte, como tais acordos tem força normativa, sua observância constitui condição fundamental para a conformidade desses orçamentos. A despeito disso, há normas específicas que conduzem com maior clareza para essa conclusão.

(...)

Assim, equivocada a planilha de custos estimada pela Administração, devendo ser alterada nos estritos termos da Lei.

2) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O município pretende a contratação de empresa para a limpeza pública – varrição de ruas. Atividade específica que demanda a contratação de empresas com capacidade técnica para desempenhar os serviços com excelência.

Gabriel Souza
CNPJ 08817887/0001-17
Caroldo Prestação de
Serviços



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, nº 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo – RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal. 23

A exigência de atestados de capacidade técnica visa demonstrar que a empresa licitante já executou, previamente, objeto compatível em características e quantidades com aquele definido a ser contratado através da licitação. A finalidade é clara: resguardar o interesse da Administração Pública buscando a perfeita execução do objeto da licitação, preservando a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a *"Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo."* ((NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, p. 233).

Ocorre que, o referido edital não traz qualquer exigência quanto a capacidade técnica, tanto quanto de capacidade econômica, conforme permitido em lei, inclusive com orientação de Instrução Normativa do Governo Federal nº 02/2008, com alterações, que dispõe sobre as regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados, ou não.

A referida Instrução Normativa estabelece que *os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber (art. 19):*

XXIV - disposição prevendo condições de habilitação econômico-financeira nos seguintes termos: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um); **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; **(Redação dada**

Gabriel Souza
CNPJ 08817897/0001-17
Caroldo Prestação de
Serviços



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, nº 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo - RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal. 23

pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificada conforme redação publicada na página 840 da Seção 1 do DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013)

c) comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificada conforme redação publicada na página 840 da Seção 1 do DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013)**

E ainda, quanto a habilitação técnica:

XXV - disposição prevendo condições de habilitação técnica nos seguintes termos: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

a) os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

b) os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).**

Resta claro, que é condição sine qua non a exigência de atestados de capacidade técnica e comprovação de que a licitante goze de boa saúde financeira, nas contratações administrativas, sob pena de se efetuar contratações prejudiciais ao Ente

Gabriel Souza
CNPJ 08817887/01
Caroldo Prestação de Serviços



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, n° 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo – RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal. 23

Público.

Todas essas exigências são mínimas, no entanto, restringem a participação de licitantes inaptas para prestação dos serviços ao Município e possibilita a concorrência entre empresas idôneas e capazes de executar serviços a contento da Administração e da população de Candelária.

A única exigência do Edital foi a apresentação das certidões negativas de feitos sobre falência, recuperação judicial e extrajudicial.

Cada vez mais, os órgãos de fiscalização emitem Resoluções para que a Administração preveja expressamente requisitos para a aferição de capacidade econômico-financeira das empresas licitantes.

E isso por uma razão bastante simples: é a comprovação dessa qualificação econômico-financeira que demonstra se a empresa pode suportar eventual atraso no pagamento, hipótese que tem se apresentado com certa frequência no âmbito da Administração Pública.

Logo, se tal item é essencial, sua omissão constitui afronta ao Princípio da Legalidade.

Sobre o tema oportuno transcrever recente julgado do Tribunal de Contas da União o qual trata de situação análoga, adoção de único critério para a comprovação da qualificação econômico-financeira.

A adoção de critério único para a comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, por meio de índices de liquidez, pode, em contratações de grande porte, levar à seleção de empresa sem condições ideais para fornecer os produtos ou serviços desejados pela Administração. Representação oferecida por cidadão apontara a existência de possíveis irregularidades em edital de pregão eletrônico realizado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que visava estabelecer ata de registro de preço para aquisição de trilhos ferroviários.

Entre os itens questionados, o representante destacara que o instrumento publicado pela entidade não continha requisitos suficientes para a comprovação da capacidade econômico financeira dos licitantes.

O relator, ao examinar a questão, salientou que a "capacidade econômico-financeira envolve tanto a capacidade de pagamento das dívidas quanto a de mobilização de recursos para a sustentação

Gabriel Souza
CNPJ 08817887/0001-17
Caroldo Prestação de
Serviços



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, n° 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo – RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal. 23

negócios da entidade". Destacou que a capacidade de pagamento das dívidas relaciona-se com a "liquidez e/ou solvência da organização" e a capacidade de mobilização de recursos diz respeito ao porte da entidade. Asseverou, após discorrer sobre a teoria contábil correlata ao tema, que, embora os índices de liquidez corrente e liquidez geral respondam se determinada empresa tem ou não condições de quitar as suas dívidas perante terceiros, eles "não oferecem visão alguma sobre o porte da entidade em termos absolutos". Tais indicadores "buscam capturar exclusivamente a capacidade de sobrevivência financeira da entidade ao longo do tempo, e guardam relação muito tênue com a capacidade econômico-financeira da entidade de prover os serviços ou produtos que a administração necessita", o que os tornam insuficientes para atestar as condições de licitantes em certames de grande porte. Diante disso, e exemplificando situação hipotética, o relator concluiu que a "adoção de critério único para comprovação de capacidade econômico-financeira da empresa, por meio de índices de liquidez, pode levar, na fase de execução do contrato, à frustração do objetivo para o qual a licitação foi realizada". O relator destacou, por fim, que a CBTU, visando agir com prudência, deveria ter exigido, além dos índices contábeis, uma das três opções previstas no Estatuto das Licitações e na Súmula/TCU 275/12, quais sejam capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurassem o adimplemento do contrato. Para o deslinde da questão, no entanto, verificando que não havia "imposição legal ou da jurisprudência desta Corte no sentido de se adotar o procedimento sugerido (...) e, ainda, considerando que se trata de licitação para registro de preços e que não foi interposto recurso que atacasse especificamente a falta de capacidade econômico-financeira das licitantes", sugeriu, em proposta acolhida pelo Colegiado, que o Tribunal conhecesse da Representação e a considerasse improcedente, dando-se ciência à CBTU sobre a "possibilidade de se exigir, para fins de qualificação econômico-financeira, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, ou ainda garantias, nos termos do art. 31, § 2º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula TCU 275/2012, adicionalmente à exigência de índices contábeis prevista no art. 31, § 1º da Lei 8666/1993, quando o valor da contratação e as características do mercado e do objeto assim recomendarem". Acórdão 647/2014-Plenário, TC 000.987/2014-0, relator Ministro Substituto Weder de Oliveira, 19.3.2014.

Gabriel Souza
CNPJ 08817887/0001-17
Caroldo Prestação de
Serviços



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, n° 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo – RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal. 23

A contratação em questão é de valor considerável e envolve atividade essencial. Dessa forma, mostra-se temerário a adoção de apenas um critério para a comprovação da qualificação econômico-financeira das empresas licitantes e ainda, a inexistência de comprovação técnica.

Os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira exigidos pela Lei visam garantir à Administração as melhores condições para contratação, efetuando exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, XXI, da Constituição Federal), revelando que o propósito objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer indiscriminadamente, mas sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe.

Ainda, importante que cada licitante, no momento da **proposta apresente suas planilhas de formação de preços (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93)**, a fim de possibilitar a cada concorrente uma análise mais justa dos custos de cada concorrente, o que também agiliza no julgamento das propostas pela Comissão.

3) DO BDI

Ainda, de acordo com a planilha de custos do município, o BDI está composto na margem de APENAS 10% (dez por cento).

Vale ressaltar que o §2º do art 7º da Lei 8666/93 define taxativamente quando as obras e serviços poderão ser licitados.

"Art. 7º. (...) §2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: (...) II – existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários."

Veja que o disposto na Lei de Licitações é cristalino, impõem que somente poderão ser licitadas obras e serviços que contenham orçamento detalhado em planilhas e que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

Gabriel Souza
CNPJ 08817887/0001-17
Caroldo Prestação de
Serviços



Caroldo Prestação de Serviços EIRELI
Rua João Pessoa, n° 190, Centro
CNPJ: 08.817.887/0001-17
Triunfo – RS
Fone: (51) 3654-3428
E-mail: caroldo_tr@hotmail.com

"O Senhor é meu pastor, nada me faltará" Sal.23

O edital adotou o BDI de 10,00% (dez por cento), distante dos 26,11% (vinte e seis vírgula onze por cento), entendidos como percentual que observa todos os itens da composição dos custos indiretos, tais como: de Administração, Riscos, Lucros, despesa financeira, tributos – ISS, PIS/COFINS.

O percentual indicado não observa, sequer, os custos com tributos e lucro, devendo a Administração permitir que a licitante elabore sua composição do BDI, conforme sua realidade e necessidade, ou seja, o BDI a ser apresentado deve ser flexível e refletir a necessidade de cada licitante, desobrigando a apresentação da composição de apenas 10%, mas sim, com percentual real que observa todos os custos indiretos que totalizam 26,11% (vinte e seis vírgula onze por cento) adotado pelo TCU..

III- DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, requer seja recebido a presente impugnação, para que o edital Tomada de Preços nº 003/2019, seja retificado, incluindo-se as exigências acima mencionadas no instrumento convocatório, para uma concorrência mais justa e com licitantes aptas para a prestação dos serviços, objeto do edital.

Na hipótese de deferimento do pedido formulado acima, requer a Impugnante seja republicado o Edital nos termos do artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos, pede deferimento.

Triunfo, 08 de maio de 2019.

Gabriel Souza
CNPJ 08817887/0001-17
Caroldo Prestação de
Serviços

CAROLDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA EIRELI
GABRIEL SOUZA PEIXOTO